

INFLAÇÃO E CLASSE PROLETÁRIA NA CONJUNTURA ECONÔMICA ATUAL

Mateus Junio Alves Ribeiro,
UEMS,
malves875@gmail.com

Giovane Silveira da Silveira,
UEMS,
giovane@uems.br

RESUMO

Diante de diversas crises e incertezas na conjuntura econômica atual do país, a classe desprovida de uma renda que lhe permita usufruir de uma vida digna e cidadã tem sido afetada pelo poder de compra em crescente desvalorização, causado pelo aumento constante dos preços de itens básicos para a sobrevivência humana como, por exemplo, a alimentação. Muitos cidadãos enfrentam dificuldades de suprir suas necessidades essenciais. Dados agregados apontam queda inflacionária, mas ao desmistificar a inflação, concluímos que há vários itens os quais compõe esse indicador, que na verdade traduz-se em um indicador agregado. O intuito do presente artigo é expor, explicar e tornar compreensíveis os segmentos desagregados que refletem no poder aquisitivo das famílias de menor renda, bem como a influência da circulação de moeda na economia, cuja dinâmica está diretamente associada à inflação. Ademais, explicitaremos períodos marcantes na história econômica brasileira, assim como, teorias que são validadas e implantadas até nos dias atuais com a finalidade de controlar a inflação e proporcionar poder aquisitivo e qualidade de vida aos cidadãos.

Palavras-chave: economia; inflação; moeda; desigualdade socioeconômica;

1 INTRODUÇÃO

A inflação é um assunto muito presente tanto na mídia quanto na academia, principalmente na história de países subdesenvolvidos, na qual sua afetividade é maior, como o Brasil, que nos anos de 1980 e 1990 se tornou refém desse índice com o aumento dos gastos públicos. Além de restringir drasticamente o poder de compra da população, enfatizava a desvalorização da moeda. Em sentido real e completo, a inflação constitui-se basicamente em altos níveis de preço, ou seja, aumento generalizado dos preços a partir de um conjunto restrito de bens, sejam bens de consumo duráveis, quanto bens de consumo não duráveis, assim como bens de capital, além de insumos (capital, trabalho, terra, [...]), entre outros. Concomitantemente a esse índice, estão envolvidas diversas questões que atuam inversamente na sua variação.

A elevação da inflação sem a correção dos salários proporciona um menor poder de compra dos consumidores, bem como, a moeda desvalorizada significa renda menor para a população e preços em contínua ascensão, sendo assim, a demanda por bens de consumo diminui. Além disso, vale ressaltar a complexibilidade dos fatores abrangentes envoltos na economia, tanto na esfera populacional quanto na esfera governamental.

Para perscrutar a enorme gama dos efeitos macroeconômicos provenientes de políticas de controle do governo, lograremos para uma teoria que elucida a relação da quantidade monetária com outras variáveis econômicas, como preços e renda. Tomemos como base a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) que explica a inflação como diretamente concatenada à oferta monetária dentro de uma economia, isto é, na proporcionalidade entre o nível geral dos preços com a oferta de moeda.

No cenário em que estamos inseridos, onde há uma grande amotinação econômica no país decorrente das crises política, sanitária, social e econômica; o governo tem enfrentado diversos desafios para controlar suas finanças. Esse conjunto de conflitos faz com que as arrecadações governamentais diminuam e a recessão do país aumente, é imprescindível salientar que isso reflete diretamente na população desprivilegiada socioeconomicamente.

Além disso, a escassez de produtos essenciais tem implicado na alta desagregada de alguns setores, como alimentos e comunicação. O conjunto de fatores finais expõe que o agregado mensal deflacionou, mas nem sempre o que é divulgado é explicitado de forma elucidativa, a fim de transparecer para a população a real situação vivenciada.

Com o mercado apresentando grande alta nos níveis de desemprego e ascensão inflacionária em bens essenciais, é de responsabilidade governamental a intervenção na economia para implantação de políticas de manutenção, a fim de reorganizá-la. Estimular o consumo, de acordo com a teoria keynesiana, faz com que ocorra o desenvolvimento no sistema econômico, gere emprego e, conseqüentemente o aumento da produção, bem como a estabilização dos preços.

A partir dos embasamentos teóricos autorais de David Hume, Keynes, Milton Friedman, Vasconcellos e Garcia, Lacerda, Rego e Marques Serra, validaremos as questões fundamentais do presente trabalho. Neste sentido, pode-se aventar que este artigo tem por objetivo analisar e desmistificar este índice agregado que é o indicador de inflação, com fins a contribuir na discussão acadêmica sobre tal temática.

2 REVISÃO DA LITERATURA

David Hume (1752) como um dos pioneiros em analisar e relatar indagações no que diz respeito às causalidades que ocorriam quando das alterações na quantidade de moeda utilizada mediante os níveis de preços, emprego e produção, em sua obra *Of Money e Of Interest*, contribui dizendo que em determinado período de tempo, a produção e os níveis de preços mudam. E, continua ao afirmar que, com o passar do tempo, toda alteração nos níveis de moeda estocada afetará diretamente os preços. A partir dessa contribuição e complementações, emanou a teoria quantitativa de moeda, que concatena a inflação na oferta de moeda em uma economia. Por conseguinte, predispõe a relação entre a quantidade de moeda disponibilizada com determinados níveis de preço na economia, ou seja, o crescente quantitativo monetário delibera a taxa de inflação. Tais associações, também estão atreladas aos níveis produtivos, considerando equilibrada a oferta e demanda de moeda, qualquer alteração nesse fator juntamente com a capacidade produtiva resultará em uma variação de preços.

O dinheiro não é, propriamente, um dos assuntos do comércio; mas apenas o instrumento com o qual os homens concordaram em facilitar a troca de uma mercadoria por outra. Isto é, não constitui-se em nenhuma das rodas do comércio, mas é o óleo que torna o movimento das rodas mais suave e fácil. Se considerarmos qualquer reino por si só, é evidente que quanto maior ou menos abundante o quantitativo de dinheiro, isto não tem importância; uma vez que os preços das mercadorias são sempre proporcionais a abundância de dinheiro, e uma coroa no

tempo de HARRY VII serviu ao mesmo propósito que uma libra atualmente. (Hume, 1752)

Hume (1752) analisou não apenas a relação da moeda com os níveis de preço, mas também questões de desenvolvimento industrial e emprego. De forma analógica, o autor faz referência ao sistema econômico e os efeitos da quantidade monetária na economia. É nítida a presença e a influência dessas discussões atualmente, no âmbito político, econômico e social.

O estudo mais recente validado acerca da política monetária é exposto por Milton Friedman, na qual diz que os governos devem se limitar a controlar a oferta de moeda, contrapondo as ideias de Keynes (1971) que apontava as políticas de controle monetário como quase sem eficiência e afirmava que modificações na oferta não afetavam a economia de modo previsível. Em análise, Friedman, conclui que era imprescindível a política monetária para administração econômica. Para este último a oferta de moeda causava um efeito previsível no ganho total, a partir de alterações na quantidade de moeda em circulação na economia.

Na visão de Keynes (1971), a moeda tem papel central na dinâmica econômica capitalista, baseada nos meios de produção. Tal centralidade monetária, diferente do modelo clássico na qual a moeda desempenhava apenas o papel de troca, no modelo keynesiano são frisadas três funções, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, além disso passa a ser designada como um ativo econômico de completa liquidez, incidindo na riqueza por toda a extensão longitudinal. Sendo assim, com as incertezas do futuro, os agentes decidem por meio de expectativas, quando reterão de moeda, pois agora ela desempenha papel de ativo repleto de valor e liquidez.

Em relação as alterações inflacionárias no curto, médio e longo prazo, Keynes (1971), ressalta que no curto prazo o empresário contenta com a valorização patrimonial e decide implantar novos investimentos, já que os preços estão em alta. No médio prazo, com a incerteza rondando os ares econômicos, a inflação desmotiva novos investimentos, anulando ganhos reais no longo prazo. O reflexo desse aumento da inflação atinge a classe trabalhadora que, com a alta dos níveis de preço sem a correção no valor dos salários, deprecia o poder de compra do cidadão.

O poder de compra que é a capacidade de aquisição de bens, produtos e serviços com algum quantitativo monetário, o qual está intimamente correlacionado de forma negativa com a variável inflação. É desejável níveis de inflação baixa pela possibilidade de maior aquisição de bens e serviços, e sua correspondência imediata na melhora em qualidade de vida da

população em geral, por meio do acesso à serviços de saúde, educação, moradia, alimentação, entretenimento, entre outros que possibilitam a oportunidade do sujeito transcender de consumidor para cidadão.

De acordo com pesquisa realizada pela empresa FM2S, por meio do uso de um longo período de tempo, constatou-se que houve uma incompatibilidade no aumento dos salários reais com relação aos preços dos produtos consumidos pelos assalariados. O que golpeou a venda das empresas e resultou, em seguida, na crise econômica de 2016. Nos tempos atuais, os níveis de preços encontram-se acima das correções do salário mínimo, com isso a classe de baixa renda enfrenta diversos problemas para satisfazer suas necessidades básicas, principalmente no ramo alimentício. O IBGE expõe dados mensais sobre a inflação agregada e desagregada, onde é possível notar uma oscilação constante nos preços, que no segundo trimestre de 2020 desencadeou uma taxa de inflação na ordem de 12,9%.

Na pauta entre desemprego e inflação, um dos conceitos que teve grande valia por muito tempo foi a curva de Phillips. Na modelagem proposta por Philips dois fatores, desemprego e inflação, relacionam-se de forma inversa, ou seja, quando há uma baixa inflacionária as taxas de desemprego tendem a elevar-se. Por exemplo, em épocas de grandes recessões, a responsabilidade do desemprego é explicada pelo fato das famílias propenderem a consumir menos. Porém, tais análises devem ser consideradas em períodos de curto prazo. Economistas contemporâneos, a criticaram no longo prazo, visto que, podem-se constatar períodos nos quais os aumentos de preços e desemprego se desenvolveram na mesma proporção, esse acontecimento foi conceituado de estagflação.

Devido a medidas governamentais, o Brasil passou por períodos de êxtase econômico antes da formulação do Plano Real, no qual o cenário era de crescimento dos gastos públicos e endividamento externo, agravado pela crise mundial do petróleo em 1973. Esses agravantes iniciaram a crescente da taxa de inflação na economia brasileira. Adiante, foi intensificada pela desvalorização da moeda e pelo aumento do dinheiro em circulação na tentativa de financiar a dívida externa. Entre as décadas de 1980 e 1990, a inflação chegou a 80% ao mês, época aterrorizante para todos, inclusive para as pessoas desprovidas de renda.

A economia brasileira atravessou, durante os anos 1980, uma profunda crise, caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. A renda per capita, em 1994, encontrava-se no mesmo nível de 1980. A inflação alcançou níveis elevadíssimos nesses 15 anos. Na verdade, foi a pior crise por

que passou a economia brasileira desde que o país se tornou independente, sendo muito mais grave que a crise dos anos 1930. (LACERDA, REGO, MARQUES SERRA, 2010)

Na busca por diminuir os impactos dessa fase, foram implantados, porém sem sucesso, diversos planos de reestruturação econômica até o momento da formulação do Plano Real, responsável pela nova moeda brasileira a partir de 1994, o real. O plano objetivava controlar as contas governamentais, reduzindo gastos, aumentando impostos e privatizações, além de não considerar a correção automática de preços e salários da inflação passada. Por sua vez, o Plano Real é considerado a melhor experiência de estabilização econômica do Brasil. Diante desse fato histórico, explicaremos algumas medidas de controle econômico.

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2011), a política monetária refere-se a mecanismos governamentais para controle da quantidade da moeda e títulos existentes na economia. São vários os instrumentos desse mecanismo como, por exemplo, as recompensas compulsórias que refletem nos percentuais que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central. Neste contexto, podemos citar, as operações *open market* que consistem nas compras e vendas de títulos públicos possibilitando o controle das taxas de juros como a Selic, indicador importante das condições econômicas, pois ela reflete os efeitos da inflação. Já o redesconto, são empréstimos do Banco Central concedidos aos bancos comerciais, influenciando na quantidade de moeda em circulação. A regulamentação sobre crédito da taxa de juros incide sobre o controle e distribuição das linhas de crédito, ademais, existem outras maneiras de intervir na circulação de moeda em uma economia.

Ainda na linha de pensamento de Vasconcellos e Garcia (2011), para controlar a inflação a medida apropriada será a diminuição do estoque monetário da economia, aumentando a taxa de juros, aumento das reservas compulsórias ou venda de títulos no *open market*. Se o objetivo for crescimento econômico as medidas a serem tomadas invertem, ou seja, redução das taxas de juros e taxas compulsórias além da compra de títulos no *open market*. Atualmente devido a crises política, econômica, sanitária e social que estamos vivenciando, o governo adota políticas expansionistas para estimular o consumo e conseqüentemente o crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

3 METODOLOGIA

Tal artigo é de natureza aplicada, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse

critério condiz em produzir conhecimento para aplicação prática e dirigida com a finalidade de resolver problemas. Sobre os métodos, estes são baseados na dedução de fatos, que sugere uma vasta análise dos problemas inflacionários com intuito de chegar a dados particulares que neste caso são os valores desagregados e o comportamento das alterações dos índices de inflação na população de baixa renda. O objetivo do presente estudo é realizar uma pesquisa explicativa com o intuito de aprofundar o conhecimento da realidade e identificar fatores que causam determinado acontecimento na dinâmica da conjuntura econômica. No qual o procedimento técnico é a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar na planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (MARCONI e LAKATOS, 2003)

Ademais o presente artigo tem caráter quantitativo. Parafraseando Antônio Carlos Gil (2002), a análise de dados é de natureza qualitativa, e tal abordagem depende de diversos fatores que conduzem a investigação como, por exemplo, a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra e, podem-se acrescentar os instrumentos de pesquisas e prognóstico teórico. No entanto, define-se esse processo como conjunto de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados e sua interpretação. As especificidades, por sua vez, condizem na análise simples e necessária conjuntura das políticas monetárias governamentais com a inflação.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir das indispensáveis contribuições teóricas discutidas no presente artigo, discorreremos sobre as causalidades da inflação e os valores desagregados por setores. Atualmente, o cenário econômico brasileiro é expansionista, uma vez que o país enfrenta diversos desafios para equacionar seus problemas financeiros, políticos, sanitários e sociais. Contrapondo a curva de Phillips, os níveis de preços estão aumentando na mesma proporção do desemprego. De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no segundo trimestre de 2020, registrava-se no Brasil um quantitativo de aproximadamente 27,3 milhões de desempregados. Em contrapartida, a nível agregado o valor dos índices de níveis de preço condizem com a situação do país (desemprego alto com

inflação baixa, condizente com a modelagem de Philips), porém quando aprofundamos a análise em nível desagregado do indicador, concluímos que, a variável inflação ao mesmo tempo camufla e escancara a desigualdade social do Brasil.

Nos últimos meses, a crescente nos preços dos alimentos tem afetado diretamente as famílias, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nos últimos 12 meses o ramo alimentício desagregado atingiu uma quantitativo inflacionário de 8,1% (maio de 2020), o setor de carnes registrou inflação de 19%, já para aves e ovos o resultado foi uma taxa de inflação de 13%, assim contatou-se a ocorrência de índices inflacionários positivos. A tendência ao final do ano é que haja uma desaceleração, porém ficará em torno de 3%. Tais aumentos se devem a vários fatores, como impacto da alta do dólar na exportação das commodities brasileiras, problemas na safra de alguns alimentos, aumento da demanda interna e externa por alimentos, entre outros. No âmbito social, os cidadãos precisam dispor de maior parte de seus salários para aquisição de alimentos, já que as correções dos níveis de preços não são acompanhadas pelo aumento do valor do salário mínimo. A tabela 1 mostra a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo por setores, ou seja, inflação desagregada.

Tabela 1: IPCA - Variação mensal para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços (a partir de julho/2019)

	junho 2019	julho 2019	agosto 2019	setembro 2019	outubro 2019	novembro 2019	dezembro 2019	janeiro 2020	fevereiro 2020	março 2020	abril 2020	maio 2020	junho 2020	julho 2020
Índice geral	0,01	0,19	0,11	-0,04	0,1	0,51	1,15	0,21	0,25	0,07	-0,31	-0,38	0,26	0,36
1.Alimentação e bebidas	-0,25	0,01	-0,35	-0,43	0,05	0,72	3,38	0,39	0,11	1,13	1,79	0,24	0,38	0,01
2.Habituação	0,07	1,2	1,19	0,02	-0,61	0,71	-0,82	0,55	-0,39	0,13	-0,1	-0,25	0,04	0,8
3.Artigos de residência	0,02	0,29	0,56	-0,76	-0,09	-0,36	-0,48	-0,07	-0,08	-1,08	-1,37	0,58	1,3	0,9
4.Vestuário	0,3	-0,52	0,23	0,27	0,63	0,35	0	-0,48	-0,73	0,21	0,1	-0,58	-0,46	-0,52
5.Transportes	-0,31	-0,17	-0,39	0	0,45	0,3	1,54	0,32	-0,23	-0,9	-2,66	-1,9	0,31	0,78
6.Saúde e cuidados Pessoais	0,64	-0,2	-0,03	0,58	0,4	0,21	0,42	-0,32	0,73	0,21	-0,22	-0,1	0,35	0,44
7.Despesas pessoais	0,15	0,44	0,31	0,04	0,2	1,24	0,92	0,35	0,31	-0,23	-0,14	-0,04	-0,05	-0,11
8.Educação	0,14	0,04	0,16	0,04	0,03	0,08	0,2	0,16	3,7	0,59	0	0,02	0,05	-0,12
9.Comunicação	-0,02	0,57	0,09	-0,01	-0,01	-0,02	0,66	0,12	0,21	0,04	-0,2	0,24	0,75	0,51

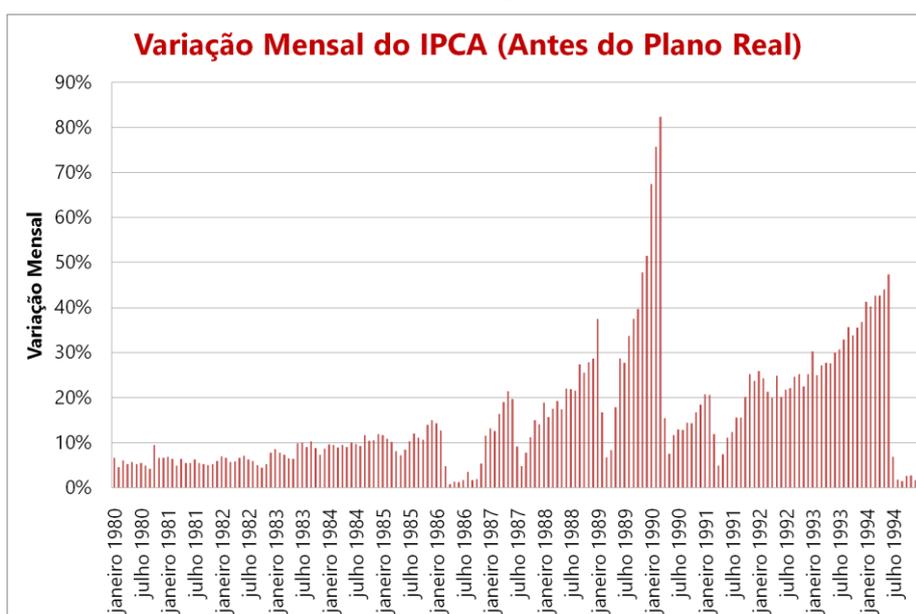
Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Na conjuntura econômica atual do Brasil, mediante as crises que afetaram diversos setores, no mês de maio de 2020, pode-se constatar subgrupos de produtos que continuam

apresentando menores impactos no indicador inflacionário, os quais foram: alimentos e bebidas com 0,24%, artigos de residência 0,58% e comunicação com 0,24%. Os artigos de residência por muito tempo apresentavam deflação. No mês de julho de 2020, o índice de inflação geral representou 0,36%, comparado ao mês de maio deste mesmo ano houve um aumento de 0,74% (maio/20 índice geral -038%). Até o momento, o cenário é de crescimento inflacionário, devido ao fato de estar abaixo da meta estabelecida pelo órgão Copom do Banco do Brasil. Porém como podemos analisar, há cenários nos subgrupos que apresentam deflação no mês de julho de 2020, são eles, vestuário (-0,52%), despesas pessoais (-0,11%), e educação (-0,12%), os demais seguiram em ascensão.

O tema inflação sempre esteve enraizado na história do Brasil, as medidas governamentais refletiam diretamente nesse indicador que por quase 15 anos permaneceu em alta, acima de dois dígitos, especificamente nas décadas de 1980 e 1990. Antes do Plano Real, com aumento dos gastos públicos durante o governo militar e a elevada dívida externa, juntamente com as crises petrolíferas alcançou-se o cume da exacerbação inflacionária na conjuntura econômica do país. Em março de 1990, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo atingiu os extremos de 82,39% e a média do IPCA passou a ser 16,44%, antes do plano real, no período compreendido entre 1980-1994, ver figura 1.

Figura 1: Variação Mensal do IPCA no período de 1980 – 1994.

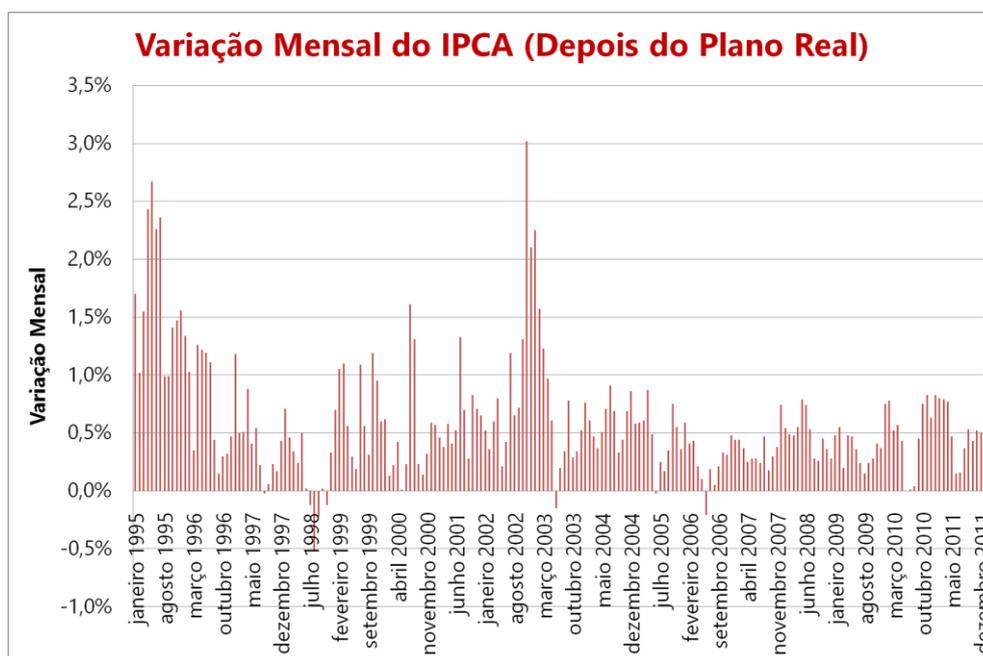


Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Nessa época, comerciantes precisavam alterar os preços dos produtos muito

frequentemente, e os consumidores estocavam alimentos e outros bens básicos diante das incertezas econômicas. Considerada como a melhor experiência de estabilização financeira da histórica econômica do Brasil, o Plano Real teve êxito e adentrou o país no eixo. Comparado ao período anterior ao Plano Real, abordado, já em 2002 a variação do IPCA mensal estava na casa dos 3,02% e a média passara a ser 0,66% (ver figura 2).

Figura 2: Variação Mensal do IPCA no período de 1994 até 2011.



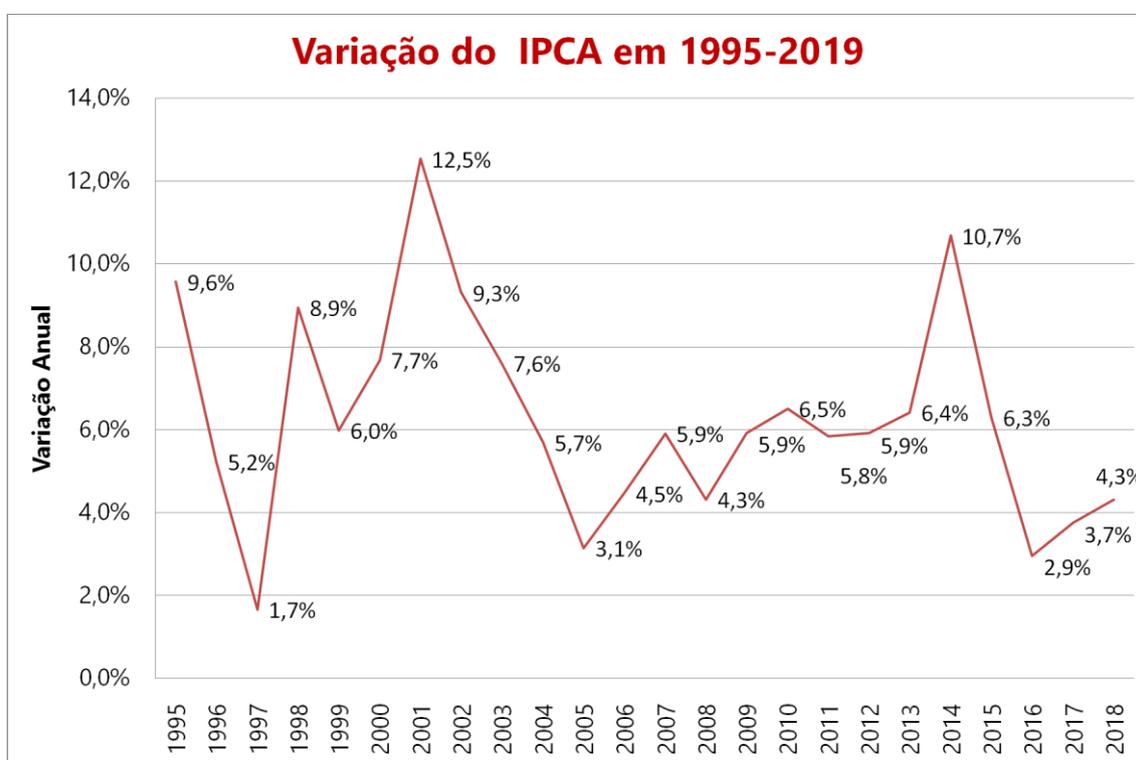
Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Com as mudanças pós plano e o registro de baixos níveis de inflação, o país estava mais previsível para viabilizar o aumento dos investimentos das empresas e almejar o crescimento do país, mas em 2001, as metas de inflação não foram atingidas e a maneira na qual o Banco Central adotou para tentar corrigir os choques internos e externos da economia, no país, foi elevar a taxa Selic a fim de conter a desvalorização da moeda e o aumento dos preços, isso resultou na desconfiança dos credores externos gerando uma crise no balanço de pagamentos. Diante a isso, mercado encontrava-se em grande incerteza em decorrência da possível ocupação do cargo da presidência da república por um governo de esquerda. Porém, ao eleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT – Partido dos Trabalhadores, o mercado reagiu bem.

A equipe econômica do governo do PT surpreendeu e conduziu a economia do Brasil por meio de uma política macroeconômica de cunho estabilizadora. O IPCA anual em 2002,

ainda se encontrava em alta, superou 12%, mas no ano seguinte já apresentava uma baixa, no patamar de 9%, por conseguinte o Brasil já trilhava um caminho de crescimento sustentável, figura 3. Agora, com os níveis tendendo a baixa de preços, o desafio passara a ser a manutenção desses níveis. O domínio inflacionário foi uma importante conquista do governo, na qual o preço do câmbio mantivera fixo por quatro anos, e os juros aumentaram com a finalidade de controlar o consumo, e com isso a economia se desenvolveu numa escala menor e gradativa, ou seja, nesta conjuntura o governo adotou políticas restritivas para controlar o cenário econômico da época.

Figura 3: Variação Anual do IPCA no período de 1995 até 2019.



Fonte: IPEA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

No período de 2006 a 2008, o quadro econômico brasileiro era estável, se comparado com os demais períodos, e seguia com determinado grau de previsibilidade, as exportações estavam aumentando, e logo a performance no quesito de investidores também melhorou. A demanda chinesa e de países emergentes em 2007, contribuíram para isso e os níveis de inflação foram por tais diretamente influenciados. Porém, com a crise econômica de 2008/2009, iniciada pelo mercado imobiliário dos Estados Unidos, mesmo não atingindo, em cheio, o Brasil, interrompeu-se o crescimento do Ibovespa e foram afastados os investidores internacionais.

O reflexo econômico por adotar a elevação dos juros a fim de controlar a inflação veio à tona. Os preços continuavam apresentando variação pouco expressiva, porém a taxa de desemprego aumentou muito, isso fez com que o crescimento econômico ficasse comprometido. Vale destacar que no Brasil o principal regulador da política monetária é o Banco Central.

Já o órgão do Banco Central que é o responsável por ajustar a taxa de juros até alcançar uma meta inflacionaria pré-determinada baseada no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o Comitê de Política Monetária (Copom). As ações de tal órgão são pontuadas pelo comportamento dos mercados e perspectivas sobre a dinâmica da economia brasileira e mundial, ou seja, as decisões são tomadas com base no cenário macroeconômico e nos principais riscos associados a ele. Aumentar a taxa de juros desacelera a economia, o que impede que a inflação fique muito alta. Já a baixa das taxas de juros, estimula o consumo aquecendo a economia, aumentando a inflação quando ela está abaixo da meta. Então, compreendemos que a política monetária tem a função conter as pressões inflacionárias.

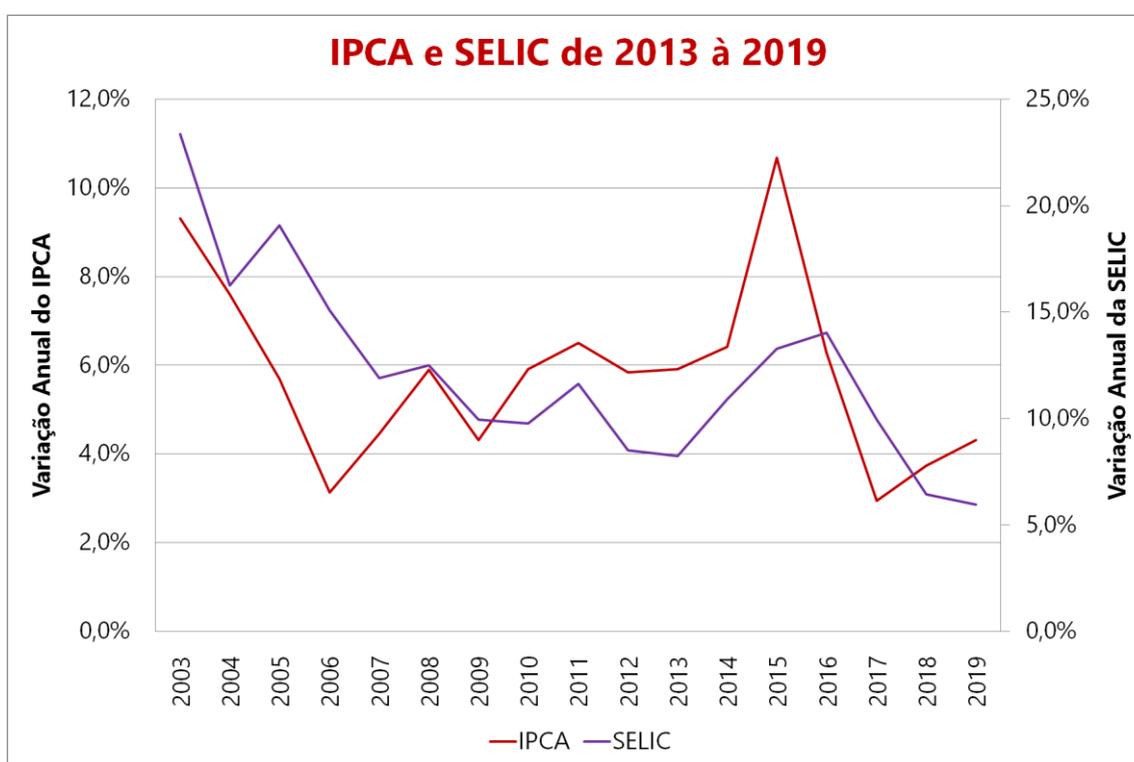
Em 2010 e 2011, a meta inflacionária brasileira era de 4,5%. Estudos apontavam expectativas positivas para um novo aquecimento econômico pós crise. Perspectivas também mostravam recuperação do emprego, das vendas e do volume de crédito, o que possivelmente influenciaria os preços a se elevarem. Nesses anos a taxa básica de juros Selic, atingiu seu patamar mais baixo da história alcançando 8,64% por ano. Conclui-se que nesse período a expectativa inflacionária estava abaixo da meta estabelecida.

Em 2012, os analistas acreditavam que seria um ano difícil para a economia global, pois as principais economias como dos Estados Unidos e Europa haviam enfrentado dificuldades para voltarem a crescer. Nesse ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) era 5,8% e a média inflacionária estava em 4,5% como em 2011. A taxa de juros, Selic, encerrou em 7,14%. Em 2013, as previsões eram de uma pequena aceleração em relação ao ano passado, a taxa de juros fechou em 9,9% e o IPCA em 5,9%. Em 2014, para os economistas o mercado teve uma piora e o crescimento econômico ficou menor, a inflação prevista havia chegado ao limite da meta do governo. A previsão do IPCA era de 6,38%, mas fechou o ano em 6,46% e a taxa Selic em 11,15%, a mesma porcentagem que a previsão.

Ainda refletindo nas medidas expansionistas do governo desde 2003 até 2013, o Brasil passou por um período muito turbulento e traumatizante entre os anos de 2015 e 2016. O que explica essa crise são as enormes expansões de crédito e a alavancagem de consumo, salários e

preços desde 2003. Com a expansão das políticas fiscais e monetárias o déficit do orçamento público só aumentava, e isso no governo Dilma chegou a ser insustentável. Em 2015, a inflação anual era de 10,71% e a taxa de juros, a Selic 14,15%. Entre 2016 e 2018, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estava relativamente baixa, 2,9 % em 2016, 3,7% em 2017 e 4,3% em 2018. As taxas de juros respectivamente foram 13,65% (2016), 6,9% (2017) e 6,4% (2018). No ano de 2019, o índice IPCA anual encerrou em 3,91% e a taxa de juros Selic em 4,4%, ver figura 04.

Figura 4: Variação Anual do IPCA e SELIC no período de 2013 até 2019.



Fonte: IPEA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e SELIC.

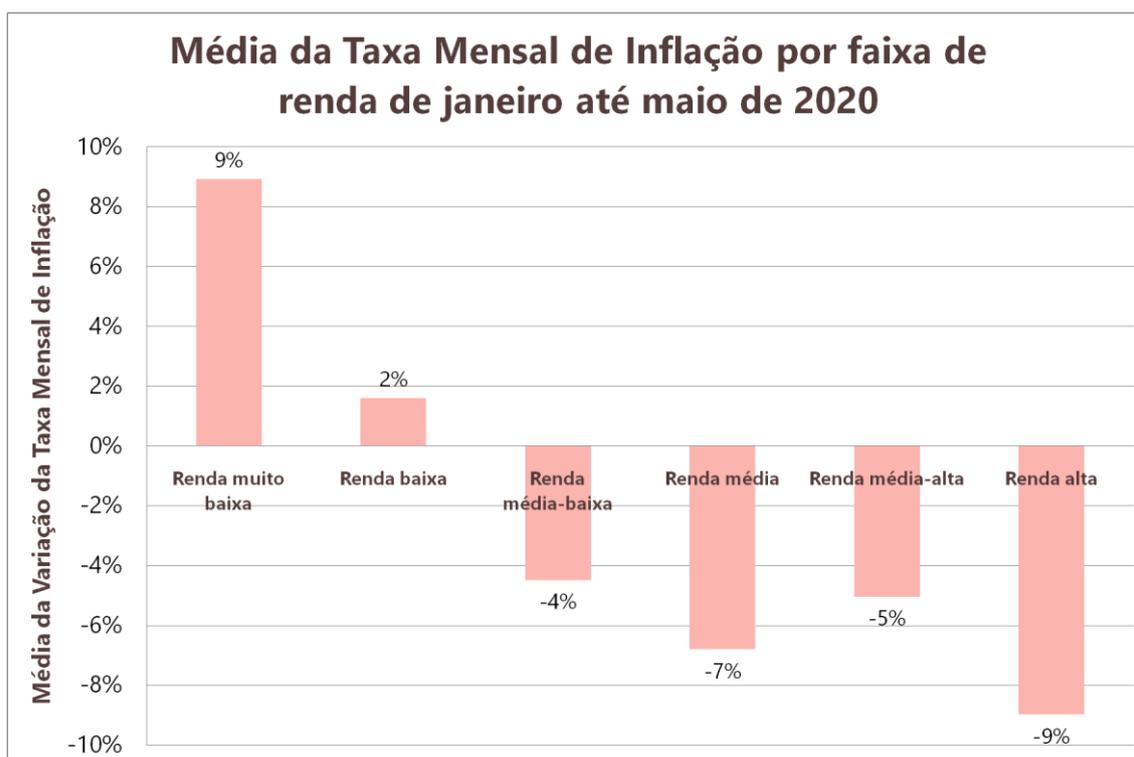
Em 2020, fomos surpreendidos por uma pandemia que destruiu totalmente o país, e agravou ainda mais as crises política, econômica e sanitária, tanto nacional quanto internacional. Ideologias controversas desencadearam várias mudanças ministeriais no governo, além de perder vários investidores mundiais. No momento são adotadas políticas fiscais e monetárias expansionistas, novamente, nas quais o Copom reajustou a taxa de juros, em que a Selic esteve em 2%, sendo considerada a mais baixa da história, e a previsão inflacionária anual disponibilizada através do Boletim Focus do Banco Central é de 1,67%.

Além do mais, o governo liberou auxílio emergencial para a população de baixa renda,

um dado importante é que o número de brasileiros na extrema pobreza atingiu seu menor patamar nos últimos 40 anos. De acordo com o economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas tem-se um quantitativo de 3,3% da população brasileira, ou sete milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no mês de junho de 2020. O menor índice já registrado foi de 4,2% em 2014. Ademais, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, complementou que o benefício governamental alcançou mais de 80% dos domicílios das duas primeiras faixas de renda e que o objetivo é proporcionar condições de sobrevivência aos mais pobres.

Com a política governamental implementada no momento, podemos atrelar o fator inflação e salário, pois em cada faixa de renda o nível de preço tem peso diferente. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no mês de julho de 2020, o cenário econômico é de crescente inflação para todas as classes, porém sua afetividade nas famílias com renda de até R\$1.534,55/mês é uma alta mensal de 0,38%, enquanto nas famílias com renda acima de R\$15.345,53, a inflação foi de 0,27%. A figura 5 mostra a média de variação do IPCA por faixa de renda no período de janeiro até maio de 2020, percebe-se a forte discrepância da inflação desagregada para faixa de renda.

Figura 5: Média da Taxa Mensal de Inflação por faixa de renda de janeiro até maio de 2020.



Fonte: IPEA – Taxa de Inflação por Faixa de Renda.

O que explica essa diferença são as variações com despesas habitacionais, que afetam mais no bolso daqueles que estão na faixa de renda baixa e muito baixa, além de bens e serviços utilizados por essa classe, como o aumento dos combustíveis em 3,1%, as tarifas acerca dos transportes também aumentam, alimentos como carne (3,7%) e leite e derivados (3,8%) também sofreram alterações que impactaram diretamente as famílias mais carentes de renda, sendo assim, o poder aquisitivo é reduzido. A oscilação dos dois extremos, de renda muito baixa para renda alta sobre a média de variação da taxa mensal de inflação é de 18%, nesse período de janeiro a maio de 2020.

Nessa mesma linearidade de comparação, a variação inflacionária da classe mais abastada de renda no mês de julho se deu pelo aumento dos combustíveis, mas logo foi aliviada pela queda no valor das passagens aéreas de -4,2%, e no transporte por aplicativos de -8,2%. Além do mais, essa classe se beneficia de outros bens ou serviços que deflacionam, como nas despesas com empregada doméstica (-0,52%), clube (-1,46%) e hospedagem (-0,95%). A tabela 2 traz mais alguns dados que sinalizam tal dinâmica de um movimento inflacionário acentuado para a faixa de renda muito baixa.

Tabela 2: Inflação para Grupos de Bens e Serviços em Julho de 2020, segundo Grupos de Faixa de Renda diferenciadas.

	IPCA	Renda						Média por bens e serviços
		muito baixa	baixa	média-baixa	média	média-alta	alta	
		impacto em (p.p.)						
	variação (%)							
Inflação Total	0,36	0,38	0,36	0,36	0,35	0,31	0,27	0,34
Alimentos e bebidas	0,01	0,01	0,00	-0,02	-0,01	-0,03	0,00	-0,01
Habitação	0,80	0,19	0,16	0,14	0,10	0,09	0,06	0,12
Artigos de residência	0,90	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,03
Vestuário	-0,52	-0,03	-0,03	-0,03	-0,02	-0,02	-0,02	-0,03
Transportes	0,78	0,08	0,12	0,15	0,18	0,18	0,17	0,15
Saúde e cuidados pessoais	0,44	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06

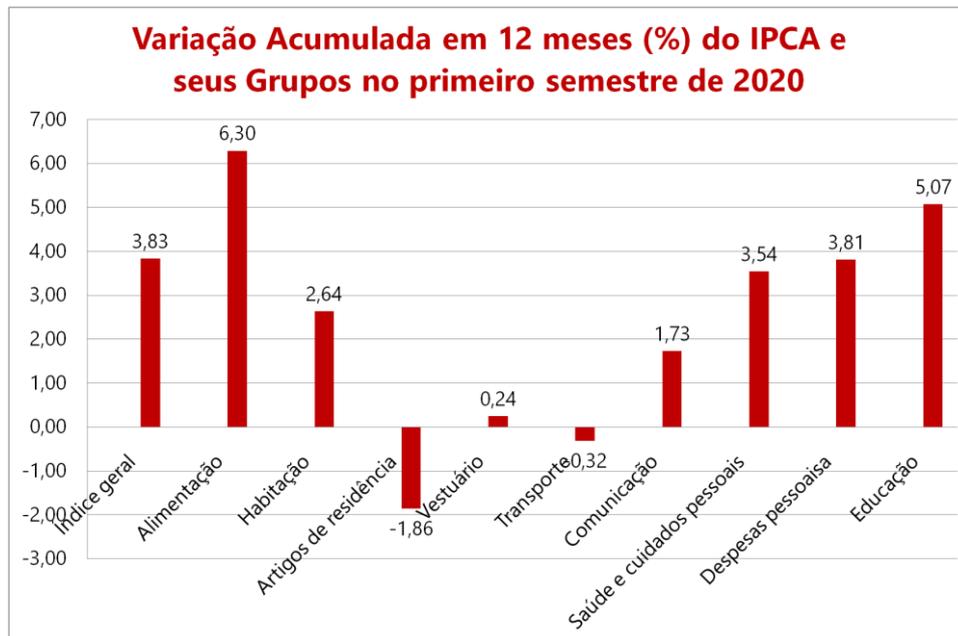
Despesas pessoais	-0,11	0,01	0,01	0,01	-0,01	-0,02	-0,06	-0,01
Educação	-0,12	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01
Comunicação	0,51	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03
Média faixa de Renda		0,08	0,07	0,07	0,07	0,06	0,05	

Fonte: IPEA – Taxa de Inflação por Faixa de Renda e Grupos de Bens e Serviços.

É nítida a diferença nos níveis de renda, no geral o índice para a classe muito baixa é 0,38 p.p, enquanto para a classe alta é de 0,27p.p. Essa diferença no mês de julho de 2020, analisando por categorias no item alimentos e bebidas esse impacto em pontos percentuais para a população pobre é de 0,01p.p e para a população rica é de -0,01p.p. Anualmente, de acordo com os dados fornecidos pelo Ipea, a inflação agregada continua mais branda para a classe rica de 0,03% em analogia com a classe mais pobre que é de 1,2%. Na análise de cenários, ao longo de doze meses a inflação demonstra uma aceleração nos mais diversos segmentos de rendas, nessa tabela compreendemos que a afetividade no item renda muito baixa é de 2,94, e para o item renda alta é de 1,73%. Com isso concluímos que, os bens consumidos pela classe mais rica apresentam deflação, enquanto os bens consumidos pela classe de baixa renda apresentam inflação. Para complementar a visão acerca da variação dos bens, e serviços, o Ipea disponibilizou no mês de julho uma análise com esses atributos.

De acordo da Carta de Conjuntura sobre inflação realizada pelo Ipea no segundo primeiro semestre de 2020, enquanto os demais setores desaceleram, o ramo da alimentação de janeiro a junho chega em 6,3% para dados desagregados, conforme a figura 6.

Figura 6: Média da Taxa Mensal de Inflação por faixa de renda de janeiro até maio de 2020.



Fonte: IPEA – Taxa de Inflação por Faixa de Renda.

Os dados sobre a variação do IPCA, por categorias, exibem melhor a diferença dos segmentos em detrimento a crise, o que acarretou no aumento da demanda por alimentos. Essa alta tendência inflacionária segue nesse setor, impactando a obtenção de itens necessários de sobrevivência aos desprovidos de rendas.

5 CONCLUSÕES

A inflação é uma constante permanente que se encontra enraizada na conjuntura econômica brasileira, como abordado no decorrer do artigo, seus efeitos são maiores em países subdesenvolvidos. O Brasil já presenciou épocas aterrorizantes mediante políticas econômicas que trouxeram mais prejuízos do que ganhos, principalmente para a classe trabalhadora. Depois de diversos planos que não obtiveram êxito para combater a inflação, o Plano Real com muito êxito mudou o cenário econômico por meio de medidas que equalizaram os níveis de preço no país, por isso é considerado um dos marcos mais importante de estabilização e reforma econômica na história brasileira.

No decorrer deste trabalho, apresentamos alguns elementos fundamentais baseados em fatos e teorias que evoluíram ou que até hoje são validadas e implementadas. Tais questões abordadas no presente artigo são de suma importância para compreender e analisar o cenário econômico diante das medidas implantadas pelo governo e seus reflexos na classe de menor poder aquisitivo.

Os dados organizados e apresentados nessa pesquisa escancaram a desigualdade socioeconômica que tendenciosamente é implícita pelas mídias, mas não pelo poder aquisitivo do cidadão desprovido de rendimentos. Em nível agregado o cenário aparenta ser deflacionário, mas quando aprofundamos aos subgrupos, ou seja, em níveis desagregados, evidencia-se a ascensão dos preços, principalmente nos bens necessários de subsistência. Os dados apresentados elucidam ainda mais a disparidade econômica a qual reflete em aspectos sociais da vida cotidiana.

Contudo, objetivando sanar grande parte da desigualdade socioeconômica cabe ao governo manter coeso os níveis de preço e renda. Pois, por meio disso, é possível disponibilizar poder aquisitivo satisfatório, bem como, garantir o bem estar social para as camadas majoritárias da população brasileira. A intervenção governamental pode promover o cuidado para com a preservação do poder de compra do consumidor no que diz respeito a aquisição da cesta de bens composta por itens básicos no que se refere a sobrevivência humana, como os alimentos, e que assim seja garantida sua dignidade enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

- ADVFN. **História da inflação no Brasil**. Disponível em: <https://br.advfn.com/economia/inflacao/brasil/historia>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BANCO CENTRAL (org.). **Comitê de Política Monetária (Copom)**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BANCO CENTRAL (org.). **Taxas de juros básicas – Histórico**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CARVALHO, Henrique. **IPCA e IGP-M: Inflação Histórica no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- DEUS, Larissa Naves de; TERRA, Fábio Henrique Bittes. **Um Percurso Pela História Das Ideias: Moeda E Política Monetária Em Keynes**. [S. l.], 2015. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_larissa_naves_deus_fabio_terra_um-percurso-pela-historia-das-ideias-moeda-e-politica-monetaria-em-keynes.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Economia brasileira** / Antônio Corrêa de Lacerda... [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. — 4.ed. — São Paulo: Saraiva, 2010.
- FELLET, João. **Previsão de crescimento em 2012 cai para 3,3% em boletim do BC**. [S. l.], 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120102_focus_bc_jf. Acesso em: 18 ago. 2020.
- Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- GOVERNO DO BRASIL (org.). **Com Auxílio Emergencial, número de brasileiros na extrema pobreza é o menor em 40 anos**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/com-auxilio-emergencial-numero-de-pessoas-na-extrema-pobreza-e-o-menor-em-40-anos>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- HUME, David. **Of Money**. [S. l.], 1752. Disponível em: <https://www.csus.edu/indiv/c/chalmersk/ECON101SP09/HumeOfMoney.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- IBGE (org.). **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - SÉRIE HISTÓRIA**. [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.yahii.com.br/IPCAE_Historico.html. Acesso em: 19 ago. 2020.
- INDICADORES. *In*: IBGE. **Indicadores**. [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

INFLAÇÃO. In: REIS, Tiago. **Curva de Phillips: Aprenda o que este relevante conceito econômico**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/curva-de-phillips/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente. Inflação. **Carta de Conjuntura**, [s. l.], 2020. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200619_cc_47_inf_lacao.pdf. Acesso em: 1 jul. 2020.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. [S. l.]: Atlas, 1998.

MENDONÇA, Mário Jorge. Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda. **Economia & Tecnologia**, [s. l.], 2011. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/25%20Capa/Mario%20Jorge%20Mendonca.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

NUBANK (org.). **Taxa Selic baixa: é bom ou ruim para meu dinheiro?**. [S. l.], 6 ago. 2020. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/taxa-selic-baixa-e-bom-ou-ruim/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

OREIRO, J. L.; PAULA, L.F.; SOBREIRA, R. (2009). **Política monetária, bancos centrais e metas de inflação**. RJ: FGV.

PEREIRA, Luiz C. Bresser; NAKONO, Yoshiaki. **Inflação e Recessão**. [S. l.]: Brasiliense, 1984.

REIS, Tiago. **Teoria quantitativa da moeda: a inflação pelo excesso de oferta de moeda**. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/teoria-quantitativa-da-moeda/>. Acesso em: 29 set. 2018.

SANTOS, Virgílio Marque dos. **Poder de Compra: como está a riqueza depois de 25 anos do Real?**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.fm2s.com.br/poder-de-compra-25-anos-real/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SCHERER, F.L. **A DINÂMICA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA APÓS O PLANO REAL**. Vitrine da Conjuntura, 2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/104691654473353.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.